

REGIMENTO
INTERNO
DA
CÂMARA
MUNICIPAL DE
PAULISTAS

ESTADO DE MINAS GERAIS – BRASIL

2004.

Nesta data de 27 de outubro de 2004, os Vereadores a Câmara Municipal de Paulistas, abaixo relacionados, dão por satisfeitos, embora, com simplicidade e modéstia, a revisão do presente Regimento Interno da Câmara Municipal, tudo, sob a inspiração e proteção de Deus e ancorados nos termos da Resolução Legislativa nº 10/2004, de 31 de março de 2004.

Vereadores:

JOSÉ TARCÍSIO DA SILVA – Presidente

WANDERLEY EVARISTO MOURA - Vice Presidente

MARIA MÔNICA DA COSTA - Secretária

JOSÉ ANTÔNIO NETO.

JOÃO EVANGELISTA MIRANDA.

JOAQUIM CUSTÓDIO BARBOSA MOURÃO.

ROSÂNGELA RODRIGUES.

TEODOMIRO DIAS DA COSTA.

RAFAEL DE CARVALHO SANTOS.

Servidores da Câmara Municipal:

Luciene Aparecida do Nascimento Miranda – Secretária Legislativa.

Dr. José Carlos Pires Gomes – Advogado.

RESOLUÇÃO Nº 10/2004 DE 27/10/2004.

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulistas.

O Presidente da Câmara Municipal de Paulistas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a presente Resolução Legislativa, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulistas, Estado de Minas Gerais, Brasil.

TÍTULO I

Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A Câmara Municipal de Paulistas, é o Poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da legislatura vigente.

Art. 2º - A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º - A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§ 2º - A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, resoluções legislativas e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.

§ 3º - A função fiscalizadora do município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal local, na forma do artigo 31 e parágrafos da Constituição Federal, mediante controle externo da execução orçamentária

do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 4º - A função julgadora é exercida pelos Vereadores sobre as contas que o Prefeito Municipal presta anualmente, sobre as contas do Município, na forma do § 2º do artigo 31 da Constituição Federal, e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas, previsto no Decreto Lei nº 201 de 27/02/1967, em seus artigos 5º e 6º, e também na forma da Lei Federal nº 8.429 de 02/06/1992.

§ 5º - A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara Municipal, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.

§ 6º - A função integrada é exercida pela participação da Câmara Municipal na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais, através de audiências públicas.

§ 7º - A função de assessoramento é exercida por meio de indicações, requerimentos e sugestões ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

§ 8º - As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º - A sede da Câmara Municipal é na Rua Bias Fortes, nº 30, centro, sede do município, onde serão realizadas as sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, observado o artigo 124 e seu parágrafo único, deste Regimento Interno.

§ 1º - No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos às funções da Câmara Municipal, salvo nos casos em que o Presidente ceder o recinto para reuniões cívicas, culturais e partidárias.

§ 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara Municipal.

Art. 4º - Cada Legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.

Art. 5º - A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, nos dias convencionados em Resolução Legislativa que disporá sobre o calendário anual.

§ 1º - Os períodos de *1º a 31 de julho e de 15 de dezembro a 15 de fevereiro são considerados de recesso legislativo.*

CAPÍTULO II

Das Sessões Preparatórias e da Posse

Seção I

Das Sessões de Instalação e Posse

Art. 6º - A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial em horário a ser convencionado entre os Poderes públicos do município, do dia 1º de janeiro de cada legislatura com qualquer número de Vereadores, que será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares como Secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 7º - Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral da Comarca e a declaração de bens atualizada, tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio da Câmara, sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se estes assim o quiserem.

§ 1º - No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: “PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO”. Em seguida, o Secretário fará a chamada de cada Vereador, que de pé, com o braço estendido para a frente, declarará em voz alta: “ASSIM EU PROMETO”.

§ 2º - Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: “DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO”.

§ 3º - Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado.

§ 4º - Após a eleição da Mesa Diretora, conhecido seu resultado, o Presidente proclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.

§ 5º - Após a eleição e posse da Mesa Diretora, o Presidente eleito dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto no parágrafo 1º deste artigo, obedecida a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Secretário da Mesa Diretora.

§ 6º - No ato da posse do Prefeito e Vice Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal, solicitará dos mesmos a entrega de cópia do Diploma expedido pela Justiça Eleitoral da Comarca de e a declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na ata.

§ 7º - Ato contínuo o Presidente concederá a palavra por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultado a mesma ao Vice Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.

§ 8º - Não havendo quorum para se proceder a eleição dos cargos da Mesa Diretora, o Presidente suspenderá a sessão e convocará o Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores eleitos presentes para tomarem posse, convocando sessões, até que se proceda a eleição normal e posse da Mesa.

Art. 8º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista nos artigos 6º e 7º deste Regimento, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.

Seção II

Da inauguração da Sessão Legislativa Anual

Art. 9º - No dia 15 de fevereiro a Câmara Municipal reunir-se-á, em sessão de cunho solene e festivo para inauguração da Sessão Legislativa Anual.

§ 1º - Na primeira parte da sessão o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara Municipal.

§ 2º - Na Segunda parte o Presidente facultará a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores para pronunciamento sobre o evento, encerrando-se em seguida a sessão.

TÍTULO II

Dos Órgãos da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Da Mesa da Câmara

Seção I

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa

Art. 10 – A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice Presidente e Secretário, com mandato de 01 (um) ano, eleitos por votação nominal pública.

Art. 11 – O mandato da Mesa Diretora será de um (01) ano, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente na mesma legislatura. (Supremo Tribunal Federal. Agravo de Instrumento nº 168.285-0).

Art. 12 – A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a votação a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 13 – As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até o início da votação.

§ 1º - Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice Presidente e Secretário.

§ 2º - O Vereador só poderá participar de uma chapa.

§ 3º - Havendo desistência de algum membro de chapa escrita, este poderá ser substituído até na hora da votação de sessão em que ocorrerá a eleição.

§ 4º - Se na hora da eleição, não houver nenhuma chapa inscrita legalmente, poderá ser feita a inscrição de chapas antes do início da mesma.

Art. 14 – A eleição de renovação da Mesa, far-se-á na última sessão ordinária do ano, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, e os efeitos e exercício desta posse a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 15 – Na eleição para a composição da Mesa Diretora inicial de cada legislatura, poderão concorrer quaisquer Vereadores, mesmo que tenham participado da Mesa Diretora e do mesmo cargo, na legislatura imediatamente anterior.

Art. 16 – O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa Diretora, salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 17 – Será eleita a chapa que obtiver maioria dos votos dos Vereadores presentes à votação, artigo 12 desse regimento, e no caso de empate considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a Presidente seja o mais idoso.

Art. 18 – Os Vereadores eleitos para a Mesa no primeiro ano da legislatura serão empossados mediante termo lavrado em livro próprio da Câmara na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício se seus mandatos.

Art. 19 – Modificar-se-á a composição permanente da Mesa Diretora, ocorrendo vaga em qualquer dos seus cargos.

Art. 20 – *Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:*

I – extinguir-se mandato político do respectivo ocupante;

II – declarado a perda do mandato do Vereador pela Justiça Eleitoral ou Civil;

III – for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário;

IV – vier a falecer;

V – licenciar-se do mandato de Vereador;

VI – licenciar-se por motivo de doença comprovada;

VII – pela renúncia do cargo da Mesa.

Art. 21 – A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será escrita, assinada e com firma reconhecida e produzirá efeitos após a simples leitura em Plenário.

Art. 22 – A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente, mentir perante o plenário ou quando tenha se prevalectido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto da maioria simples dos Vereadores presentes, acolhendo representação de qualquer Vereador, Partido Político ou eleitor no município, assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.

Art. 23 – Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na mesma sessão na qual se verificar a vaga, observando o disposto no artigo 11 ao 17 deste Regimento Interno.

Parágrafo Único – No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no “caput” deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, assumirá o cargo, o Vereador mais votado no ultimo pleito municipal, entre os que não participarem da Mesa.

Seção II

Da competência da Mesa

Art. 24 – A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 25 – *Compete à Mesa da Câmara privativamente*, em colegiado:

I – dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

II – apresentar projeto de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice Prefeito e dos Secretários Municipais;

III – apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamento do Prefeito;

IV – elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;

V – representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município;

VI – baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;

VII – organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

VIII – proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

IX – enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município;

X – proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;

XI – deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;

XII – receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XIII – deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;

XIV – determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

Art. 26 – O Vice Presidente substitui o Presidente das suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelo Secretários, respectivamente.

Art. 27 – Quando, antes de iniciar-se qualquer sessão da Câmara Municipal, verificando-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência dos trabalhos o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário.

Art. 28 – A Mesa, reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação pela Edilidade, que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo Municipal.

Seção III

Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art. 29 – O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa Diretora, dirigindo-a, e ao plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 30 – *Compete ao Presidente da Câmara:*

I – exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;

II – representar a Câmara em Juízo;

III – representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;

IV – credenciar agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V – fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;

VI – conceder audiências ao público, em dias e hora prefixados;

VII – requisitar a força pública do Estado, quando necessária à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;

VIII – empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito, quando tratar-se de Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura dos mesmos perante o Plenário;

IX – declarar extintos os mandatos do Prefeito, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;

X – convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XI – declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XII – assinar, as resoluções e decretos legislativos;

XIII – dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;

b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;

d) determinar a leitura, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;

f) manter a ordem no recinto da Câmara concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

- g) resolver as questões de ordem;**
- h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos caso omissos;**
- i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;**
- j) proceder à verificação do quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;**

l) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo;

XIV – praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo notadamente:

- a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;
- b) encaminhar ao Prefeito por protocolo, as matérias aprovadas e rejeitadas;
- c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer a Câmara Municipal os Secretários Municipais, para explicações, na forma regular;
- d) requisitar as verbas destinadas ao Poder Legislativo, mensalmente;
- e) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;

XV – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVI – ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com o tesoureiro expressamente designado para tal fim;

XVII – determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII – apresentar até o dia 10 (dez) de cada mês e colocando à disposição dos Edis o balancete da Câmara do mês anterior, com os documentos fiscais comprobatórios de receitas e despesas;

XIX – administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil, e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidade, julgando os recursos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes à essa área de sua gestão;

XX – mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XXI – exercer atos de poder de policia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

XXII – autografar os projetos de lei aprovados, para sua remessa ao Executivo;

XXIII – zelar para que os gastos da Câmara Municipal não excedam os limites previstos na Constituição da República, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável.

XXIV – ao se ausentar do município, por qualquer tempo, comunicar expressamente a Câmara, mencionando endereço e telefone para contatos eventuais e emergenciais, além de delegar poderes expressos ao Vice Presidente.

Art. 31 – O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 32 – O Presidente da Câmara, poderá oferecer proposições ao Plenário, na qualidade de Vereador, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem aos mesmas em discussão ou votação.

Art. 33 – *O Presidente da Câmara vota nos seguintes casos:*

- I – na eleição da Mesa;
- II – quando a matéria exigir para sua aprovação, voto favorável de dois terços (2/3) de toda a composição da Câmara Municipal;
- III – quando ocorrer empate em votação em Plenário.

Art. 34 – O Vice Presidente da Câmara, salvo o disposto no artigo 35 e seu Parágrafo Único, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente na faltas e impedimentos, pela ordem.

Art. 35 - O Vice Presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se também, às leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.

Art. 36 – *Compete ao Secretário:*

- I – organizar o Expediente e a Ordem do dia;
- II – fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;
- III – ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;
- IV – fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;
- V – elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente;
- VI – certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

VII – registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

VIII – manter à disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais freqüente, devidamente atualizados;

IX – manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;

X – cronometrar o tempo das sessões e o uso da palavra pelos Vereadores.

Seção IV

Das atribuições do Plenário

Art. 37 – O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º - Local é o recinto de sua sede;

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão;

§ 3º - Número é o quorum determinado neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações, consoante artigo 157 e seguintes;

§ 4º - Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação;

§ 5º - Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 38 – *São atribuições do Plenário:*

I – elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;

II – votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;

III – legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;

IV – autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;

V – autorizar a obtenção de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VI – autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VII – autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;

VIII – dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do município;

IX – autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;

X – criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos;

XI – dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XII – dispor sobre a fixação da zona urbana e de expansão urbana;

XIII – dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;

XIV – estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;

XV – estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;

XVI – fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único – *É de competência privativa do Plenário, entre outras;*

I – eleger os membros de sua Mesa e destituí-los na forma regimental;

II – elaborar e votar seu Regimento Interno;

III – organizar os seus serviços administrativos;

IV – conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;

V – autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias;

VI – criar comissões permanentes e temporárias;

VII – apreciar vetos;

VIII – cassar o mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

IX – tomar e julgar as contas do Município;

X – conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

XI – requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

XII – convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência.

CAPÍTULO II

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 39 – As Comissões são órgãos técnicos, sendo permanentes e temporários, composta de 03 (três) Vereadores, com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara, emitir pareceres, também de

Proceder estudos sobre assuntos de natureza essencial, ainda de investigar determinados fatos de interesse do município, com as seguintes denominações:

- I – Comissões Permanentes;
- II – Comissões Especiais;
- III – Comissões Processantes;
- IV – Comissões de Representação;
- V – Comissões Parlamentares de Inquéritos.
- VI – Comissão de Ouvidoria e Fiscalização.

Parágrafo Único – À Comissão de Ouvidoria e Fiscalização caberá receber reclamações e denúncias de Vereadores e cidadãos do município, referente ao gerenciamento das verbas públicas, propondo medidas administrativas para apreciar as supostas irregularidades, e viabilizar a divulgação das contas públicas aos contribuintes as quais ficarão á disposição destes, na sede do Poder Legislativo, pelo prazo de 60 dias, de 1º de maio a 30 de junho de cada ano, para exame, apreciação e questionamentos da legitimidade, nos termos do inciso 3º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 40 - As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Relatores e Membros, e prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos, sendo tudo transcrito em livro próprio.

§ 1º - Na Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 2º - O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.

§ 3º - O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o § 1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.

Art. 41 – *Durante o recesso*, haverá uma **Comissão Representativa da Câmara**, nomeada pelo Presidente da Câmara Municipal, indicados pelos Líderes, observada a proporcionalidade partidária, para tender as eventualidade porventura existente.

Seção II

Das Comissões Permanentes

Art. 42 – Às Comissões Permanentes incumbe:

I – estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação ao Plenário, a Câmara, a sociedade e ao município;

II – discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do Plenário, nos termos do artigo 43 deste Regimento Interno.

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes são as seguintes:

I – Legislação, Justiça e Redação Final;

II – Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

III – Obras e Serviços Públicos;

IV – Educação, Saúde e Assistência Social;

Art. 43 – Às Comissões Permanentes, no âmbito de suas atribuições, cabe, se os Líderes partidários se manifestarem favoravelmente, sem a discussão e a deliberação do Plenário, discutir e votar projetos de lei, exceto quanto a:

I – projeto de lei complementar;

II – projetos de iniciativa de Comissões;

III – projetos de códigos, estaduais e consolidações;

IV – projetos de iniciativa popular;

V – projetos que tenham recebido pareceres divergentes;

VI – projetos em regime de urgência;

VII - alienação ou concessão de bens imóveis municipais;

VIII – alteração do Regimento Interno;

IX – autorização para todo e qualquer tipo de operação de natureza financeira de interesse do Município, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Municipal;

X – projetos que instituem impostos previstos na Constituição Federal;

XI – proposta de emenda à Lei Orgânica.

§ 1º - Nas matérias em que as Comissões Permanentes sejam competentes para discutir e votar, encerrada a discussão e a votação, a decisão da Comissão será, em seguida, comunicada ao Presidente da Câmara que imediatamente dará ciência ao Plenário e publicará nas dependências da Câmara Municipal; e não havendo interposição de recurso, o projeto será encaminhado para a sanção e promulgação se aprovado, em caso contrário, arquivado pela Câmara.

§ 2º - Havendo interposição de recurso para discussão e votação da matéria pelo Plenário da Câmara, o mesmo deverá ser feito no prazo de 03 (três) dias, contados da ciência dada ao Plenário, referida no § 1º deste artigo, assinado por um terço dos membros da Câmara e dirigido ao Presidente da Casa.

§ 3º - Aplica-se tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões Permanentes, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário.

Seção III

Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes.

Art. 44 – Os membros das Comissões Permanentes serão indicados pelos Líderes partidários com assento em plenário, na primeira sessão plenária seguinte à da eleição da Mesa, para mandato igual ao da Mesa.

§ 1º - Os Vereadores licenciados e os suplentes não poderão serem indicados;

§ 2º - O mesmo Vereador poderá ser indicado para até 02 (duas) Comissões Permanentes;

Art. 45 – O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, quando da substituição do membro, observar-se-á a condição prevista no § 1º do art. 40 deste Regimento.

Art. 46 – Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos pelo Presidente da Câmara, caso não compareçam, em cada sessão legislativa, à (3) três reuniões consecutivas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo Único – A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

Art. 47 – As vagas nas Comissões Permanentes por impedimento, renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular, persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.

Seção IV

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 48 – As Comissões Permanentes só poderá reunir-se em regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensão de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 49 – As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente.

Parágrafo Único – As convocações extraordinárias das Comissões, fora de reunião, serão sempre por escrito, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 50 – Das reuniões de Comissões Permanentes, lavrar-se-ão atas, em livro próprio, pelo Secretário incumbido de assessorá-la, as quais serão assinadas pelos seus respectivos Presidente.

Art. 51 – *Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:*

- I – convocar reuniões extraordinárias da Comissão;
- II – presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
- III – receber as matérias destinadas à Comissão;
- IV – fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;
- V – representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;
- VI – conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;
- VII – avocar o expediente, para emissão do parecer em até 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.

Art. 52 – Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

Art. 53 – É de até 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º - O prazo a que se refere este artigo será quadroduplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação das contas do Município.

Art. 54 – Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo Único – Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no art. 53 deste Regimento.

Art. 55 – Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 56 – Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos, nas situações de que trata o artigo 55 e quando se tratar de proposição colocada

em regime de urgência, na hipótese prevista no § 2º do art. 118 deste Regimento.

Seção V

Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Art. 57 – *Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico.

§ 1º - Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara.

§ 2º - Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

§ 3º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

§ 4º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

- I – organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- II – criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;
- III – aquisição e alienação de bens e imóveis do Município;
- IV – concessão de licença de Prefeito;
- V – alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
- VI – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- VII – veto;
- VIII – emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;
- IX – concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;
- X – todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.

Art. 58 – *Compete a Comissão de Finanças e Orçamento* opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

- I – diretrizes orçamentárias;
- II – proposta orçamentária e o plano plurianual;
- III – matéria tributária;
- IV – abertura de créditos, empréstimos públicos;
- V – proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município;

VI – proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;

VII – fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;

VIII – fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.

Art. 59 – *Compete a Comissão de Obras e Serviços Públicos*, opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I – código de obras e código de posturas;

II – plano diretor e de desenvolvimento integrado;

III – aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do município;

IV – quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;

V – atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundário e terciário da economia do Município.

Art. 60 - *Compete a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social*, apreciar e manifestar-se obrigatoriamente quando ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre:

I – assuntos educacionais, artísticos e desportivos;

II – concessão de bolsas de estudo;

III – patrimônio histórico;

IV – saúde pública e saneamento básico;

V – assistência social e previdenciária em geral.

VI – reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação, saúde e assistência social;

VII – implantação de centros comunitários sob auspício oficial;

VIII – declaração de utilidade pública municipal a entidades que possuam fins filantrópicos.

Art. 61 – O estudo de qualquer matéria, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo Único – *Nas reuniões conjuntas* observar-se-á as seguintes normas:

I – em cada Comissão deverá estar presente a maioria de seus membros;

II – o estudo das matérias será conjunto, e a votação dar-se-á pela maioria;

III – entre os presentes será escolhido o seu relator;

Art. 62 – É vedado a qualquer Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 63 – Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do art. 61 deste Regimento.

Seção VI

Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação

Art. 64 - As *Comissões Especiais* destinadas a proceder o estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo, serão criadas através de resolução legislativa, aprovada em Plenário por maioria simples, proposta pela Mesa ou mediante requerimento de, pelo menos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.

§ 1º - O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus Líderes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§ 2º - A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicando na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§ 3º - A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Relator, sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria dos membros da Comissão Especial, e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de resolução, que deverá conter a assinatura de, pelo menos, dois de seus membros.

§ 4º - No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.

§ 5º - Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto em separado, por escrito devidamente fundamentado.

Art. 65 – A Câmara constituirá *Comissão Processante* no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na lei federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.

Art. 66 - As *Comissões de Representação* serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro

ou fora do território do Município e atender as disposições previstas no art. 41 deste Regimento.

Seção VII

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 67 - A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará *Comissão Parlamentar de Inquérito* que funcionará na sede da Câmara, através de resolução legislativa baixada pela Presidência, no prazo de quarenta e oito horas, contadas da leitura do requerimento em Plenário, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Presidente da Câmara Municipal, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento, sem os prejuízos da Lei Federal nº 1.579 de 18/03/1952.

§ 1º - **Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.**

§ 2º - **O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidárias ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.**

§ 3º - **Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.**

§ 4º - **Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.**

§ 5º - **A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:**

I – proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.

§ 6º - **No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:**

I – determinar as diligências que achar necessárias;

II – requerer a convocação de secretários municipais;

III – tomar depoimento de qualquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV – proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.

§ 8º - Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, seu Presidente requererá a prorrogação por menor ou igual período.

§ 9º - Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

I – não tenha participação nos debates;

II – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

III – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;

IV – atenda às determinações do Presidente.

§ 10 – A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

I – a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II – a exposição e análise das provas colhidas;

III – a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV – a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V – a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;

VI – a indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

§ 11 – Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.

§ 12 – Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 13 – O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, na sessão convocada para tal, o qual independerá de apreciação as recomendações nele propostas.

§ 14 – A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento.

TÍTULO III

Dos Vereadores

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Seção I

Do Exercício da Vereança

Art. 68 - Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direto.

Art. 69 – *É assegurado ao Vereador*, uma vez empossado:

I – participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;

II – votar na eleição da Mesa;

III – apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

IV – concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;

V – usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Seção II

Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

Art. 70 – *É vedado ao Vereador*:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, alvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do artigo 38 da Constituição Federal.

II – desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerado “ad nutun”, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I deste artigo.

e) ausentar-se do município, do Estado e do País por período superior a 05 (cinco) dias consecutivos, sem que antes tenha comunicado expressamente a Câmara Municipal onde poderá ser encontrado ou localizado, para eventualidades e casos administrativos e legislativos.

Art. 71 – Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 70;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III – que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela Edilidade;

V – que fixar residência fora do Município;

VI – que perder ou tiver suspenso os direitos políticos via TSE e TER.

VII – que incorrer em condenação criminal sem sentença transitada em julgada pelo Poder Judiciário.

§ 1º - Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto da maioria simples entre os presentes da Câmara Municipal, mediante provocação da Mesa, de Partido Político representado na Câmara, ou eleitor no município, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos III a VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, de Partidos Políticos representados na Casa, por eleitor no município, assegurada ampla defesa.

§ 3º - O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o estabelecido no Decreto Lei Federal nº 201 de 27/02/1967, em seu artigo 5º.

§ 4º - Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I – advertência em Plenário;

- II – cassação da palavra;
- III – determinação para retirar-se do plenário;
- IV – suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da Presidência;
- V - proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.

§ 5º - **Considera-se atentatório de decoro parlamentar**, quando o detentor do uso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 6º - **É incompatível com o decoro parlamentar**:

- I – o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;
- II – a percepção de vantagens indevidas;
- III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Seção III

Das Penalidades Por Falta de Decoro

Art. 72 – As **infrações** definidas nos parágrafos 5º e 6º do artigo 71, acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:

- I - censura;
- II – perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;
- III – perda do mandato.

Art. 73 – A censura será verbal ou escrita:

§ 1º - A **censura verbal** será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

- I – inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;
- II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
- III – perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões;

§ 2º - A **censura escrita** será imposta pela Mesa, ao Vereador que:

- I – na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias do decoro parlamentar;
- II – praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art. 74 – Considera-se incurso na sanção de **perda temporária do exercício** do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

- I – reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 73;

- II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;
 - III – revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido, devam ficar secretas;
 - IV – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenham tido conhecimento na forma regimental;
 - V - faltar sem motivo justificado, a terça parte das sessões ordinárias dentro da sessão legislativa ordinária.
- § 1º - Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.
- § 2º - Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

Seção IV

Da Extinção do Exercício da Vereança

Art. 75 – *Extingue-se o mandato de Vereador*, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

- I – ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;
- II – deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no art. 8º deste Regimento;
- III – deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;
- IV – incidir nos impedimentos para o exercício da mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou neste Regimento.

Art. 76 – A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo Único – Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador, o Prefeito Municipal, o Presidente do Partido Político, o eleitor no município, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial.

Art. 77 – A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada, reputando-se aberta a vaga a partir da sua leitura em Plenário.

Seção V

Do Processo Destituitório

Art. 78 – Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.

§ 1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será autuada pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 10 (dez) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º - Se houver defesa, será anexada à representação com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para conhecimento desta no prazo de 05 (cinco) dias;

§ 3º - Findando o prazo no parágrafo anterior, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado.

§ 4º - Não poderá funcionar como relator membro da Mesa Diretora.

§ 5º - Na sessão, o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara Municipal para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º - Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º - Se o Plenário decidir pela maioria de votos dos Vereadores da totalidade da composição da Câmara Municipal, pela destituição, será elaborada resolução legislativa pelo Presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO II

Das Licenças, das Vagas

Art. 79 – *O Vereador poderá licenciar-se* mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:

I – por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;

II – para tratar de interesse participar, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) e nem superior a 120 (cento e vinte) dias, vedado neste período a percepção de subsídios, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal;

III – para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º - Ao Vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmara poderá determinar o pagamento de auxílio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.

§ 2º - Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou Secretário Municipal, após notificação a Câmara.

§ 3º - Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licença ou impedimentos.

§ 4º - Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o surgimento da vaga, e o Suplente deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 5º - Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral, a quem compete realizar eleição para preenchê-la.

§ 6º - Enquanto a vaga a que se refere o § 5º deste artigo não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO III

Dos Líderes

Art. 80 – Os partidos políticos, os blocos parlamentares, o Prefeito Municipal, poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

Art. 81 – A indicação e destituição dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares, Partidos Políticos e pelo Prefeito Municipal, à Mesa Diretora, na primeira sessão plenária que se seguir à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 1º - Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara.

§ 2º - Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados na respectiva bancada;

§ 3º - Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aqueles cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada;

§ 4º - Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no “caput” deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente da sessão ordinária da Câmara.

Art. 82 – Os líderes terão um terço a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 156, itens I a IV deste Regimento.

Parágrafo Único – Para fazer comunicação em nome de seu partido, o líder poderá usar da palavra por 05 (cinco) minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e impedimentos

Art. 83 – As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 84 – São impedimentos do Vereador aqueles indicados na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Dos Subsídios dos Vereadores

Art. 85 – Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, no ultimo ano da legislatura para viger na subsequente, até trinta dias antes das eleições municipais, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal, e Constituição do Estado.

§ 1º - Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quorum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

§ 2º - A mesma lei que fixar os subsídios dos Vereadores fixará também o valor da parcela indenizatória, a ser pago aos Vereadores, por sessão

extraordinária, no recesso parlamentar, observado o limite estabelecido na Constituição Federal.

§ 3º - Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma sessão extraordinária por dia, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 86 – Os subsídios e a parcela indenizatória fixados na forma do artigo 85, poderão ser revistos anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município, forma do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º - O total da despesa com os subsídios e a parcela indenizatória previstos nesta lei não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, nem o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal previsto na emenda constitucional nº 25/2000, e na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000.

§ 2º - Para os efeitos do § 1º deste artigo, entende-se como receita do Município, o somatório de todas as receitas.

TÍTULO IV

Das Proposições e da sua Tramitação

CAPÍTULO I

Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

Art. 87 – Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 88 – *São modalidades de proposição:*

- I – proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal;
- II – projeto de lei complementar;
- III – projeto de lei ordinário;
- IV – projeto de decreto legislativo;
- V – projeto de resolução legislativa;
- VI – projeto substituto;
- VII – emenda e subemenda;
- VIII – veto;
- IX – parecer de Comissões Permanentes;
- X – relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- XI – indicação;
- XII – requerimento;

XIII – representação;

XIV – Moção.

Art. 89 – As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor.

§ 1º - Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.

§ 2º - Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.

Art. 90 – Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 91 – As proposições consistentes em projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução legislativa ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificativa, por escrito.

Parágrafo Único – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPÍTULO II

Das proposições em Espécie

Art. 92 – Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução legislativa, conforme o caso.

§ 1º - *Destinam-se os decretos legislativos* a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeitos externos, tais como:

I – concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

II – aprovação ou rejeição de contas do município;

III – representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

IV – mudança do local de funcionamento da Câmara;

V – cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente.

§ 2º - *Destinam-se as resoluções legislativas* a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

- I – perda de mandato de Vereador;
- II – concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
- III – criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;
- IV – conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;
- V – qualquer matéria de natureza regimental;
- VI – todo e qualquer assunto de sua organização economia interna, de caráter geral ou normativo;
- VII – destituição de membro da Mesa Diretora;
- VIII – fixação ou atualização de subsídios dos Vereadores.

Art. 93 – A iniciativa dos projetos de lei cabe ao Prefeito, ao Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.

Parágrafo Único – O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

Art. 94 – *Substitutivo* é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único – Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 95 – *Emenda* é a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas, modificativas, aglutinativa;

§ 2º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra;

§ 3º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;

§ 4º - Emenda modificativa é a proposição que deve ser acrescentada à outra;

§ 5º - Emenda aditiva é a proposição que visa alterar a redação de outra;

§ 6º - Emenda aglutinativa é a proposição que se junta a proposição;

§ 7º - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 96 – *Veto* é a oposição formal e justificativa do Prefeito e projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ou interesse público.

Art. 97 – *Parecer* é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo Único – O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.

Art. 98 – Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único – Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 99 – *Indicação* é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.

Art. 100 – *Requerimento* é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§ 1º - *Serão verbais e decididos pelo Presidente* da Câmara os requerimentos que solicitem:

- I – a palavra ou desistência dela;**
- II – permissão para falar sentado;**
- III – leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;**
- IV – observância de disposição regimental;**
- V – retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;**
- VI – requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;**
- VII – justificativa de voto e sua transcrição em ata;**
- VIII – verificação de quorum;**
- IX – licença de Vereador para ausentar-se da sessão.**

§ 2º - Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

- I – prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;**
- II – dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;**
- III – destaque de matéria para votação;**
- IV – votação nominal;**
- V – encerramento de discussão;**
- VI – inclusão de proposição em regime de urgência;**
- VII – votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;**
- VIII – impugnação ou retificação da ata;**

IX – manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;

X – dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis.

§ 3º - *Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário* os requerimentos que versem sobre:

I – audiência de Comissão Permanente;

II – juntada de documentos a processo ou desentranhamento;

III – transcrição integral de proposição ou documento em ata;

IV – preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

V – informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;

VI – constituição de Comissões Especiais e de Inquérito;

VII – retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;

VIII – convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.

Art. 101 – Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando a destituição de membro da Mesa e de Comissão, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único – Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPÍTULO III

Da Apresentação das Proposições

Art. 102 – Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta da próxima sessão, exceto nos casos previstos no artigo 88, VIII, IX e X, deverá ser apresentada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 103 – Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 104 – As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa e incluída a respectiva proposição.

§ 1º - As emendas à proposta orçamentária, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão oferecidas à Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

§ 2º - As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas à Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 105 – As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 106 – *O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:*

I – em matéria que não seja de competência do Município;

II – que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;

III – que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo;

IV – que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;

V – que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;

VI – que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

VII – que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 87 à 91 deste Regimento;

VIII – quando a emenda ou subemenda for apresentada sem relação com a matéria da proposição principal;

IX – quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X – quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou argüir fatos irrelevantes ou impertinentes;

XI – quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo Único – Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para o devido parecer.

CAPÍTULO IV

Retirada de Proposições

Art. 107 – A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

I – quando de autoria de um, com apoio de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;

II – quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III – quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;

IV – quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;

§ 1º - O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.

§ 2º - Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente.

§ 3º - A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

Art. 108 – No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa, sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

I – as de iniciativa das Comissões Especiais;

II – as de iniciativa das Comissões Parlamentares de Inquérito;

III – as de iniciativa do Executivo sujeitas a deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.

Parágrafo Único – O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

Art. 109 – Os requerimentos a que se refere o § 1º do art. 100, serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão.

CAPÍTULO V

Da Tramitação das Proposições

Art. 110 – Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.

§ 1º - Para iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda matéria, será fotocopiada e distribuída a todos os Vereadores, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão.

§ 2º - A falta de entrega de cópia ao Vereador no prazo previsto no § 1º, sé será suprida se a cópia for entregue pelo Vereador, antes do início da sessão.

Art. 111 – Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.

Art. 112 – As emendas e subemendas, serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

Art. 113 – Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicando o veto a esta, a matéria será incontinentemente encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no art. 61 deste Regimento.

§ 1º - A **apreciação do veto** pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 3º - Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 114 – Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 115 – As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

Parágrafo Único – No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

Art. 116 – Os requerimentos poderão serem apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Art. 117 – Durante os debates das matérias da Ordem do Dia, poderão serem apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido,

sendo deliberado pelo Plenário, com pedido de encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

CAPÍTULO VI

Do Regime de Urgência

Art. 118 – As proposições poderão tramitar em regime de urgência.

§ 1º - O *regime de urgência* implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de menor tempo possível, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem na mesma sessão, e a não concessão de vistas.

§ 2º - Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões, emitam o parecer, e se prossiga a deliberação na mesma sessão.

§ 3º - O *regime de urgência* implica a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto.

Art. 119 – A *concessão de urgência* dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão, de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa, ou ainda, por proposta da maioria dos membros da Edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.

Art. 120 – O Plenário somente concederá a urgência quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

Art. 121 – Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão.

TÍTULO V

Das Sessões da Câmara

CAPÍTULO I

Das Sessões em Geral

Art. 122 – As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso, às mesmas, do público em geral.

§ 1º - Dar-se-á publicidade das sessões da Câmara em geral, publicando a ordem do dia e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§ 2º - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

I – apresente-se convenientemente trajado;

II – não portem arma;

III – conserve-se em silencio durante os trabalhos;

IV – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;

V – atenda às determinações do Presidente.

Art. 123 – O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.

Art. 124 – As sessões da Câmara serão realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento.

Parágrafo Único – Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

Art. 125 – A Câmara poderá realizar *sessões secretas*, por deliberação de dois terços dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia e interesse interno, quando seja o sigilo necessário a preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo Único – Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 126 – A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido à sessão, a maioria absoluta de sua composição.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 127 – Durante as sessões, permanecerá na parte do recinto da Câmara, os Vereadores e os Servidores que a integram.

§ 1º - A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º - Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II

Da Atas das Sessões

Art. 128 – De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º - A ata da sessão anterior que ficará à disposição dos Vereadores, e será lida e votada na sessão subsequente.

§ 2º - A ata poderá ser impugnada, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.

§ 3º - Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.

§ 4º - Requerida a impugnação ou solicitada a retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§ 5º - Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§ 6º - A ata da sessão secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de um terço dos Vereadores.

Art. 129 – A ata da última sessão de cada sessão legislativa será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO III

Das Sessões Ordinárias

Art. 130 – As sessões ordinárias serão mensais, pré-fixadas em calendário legislativo anual, elaborado pela Mesa no início de cada ano, através de resolução legislativa, com duração de até 02 (duas) horas iniciando-se às 14:00 horas.

§ 1º - A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, para a conclusão de discussões e votação de matéria já discutida.

Art. 131 – As sessões ordinárias compõem-se do Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Considerações Finais.

§ 1º - No início dos trabalhos feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

§ 2º - Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual, aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavra ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

Art. 132 – O **Pequeno Expediente** se destinará à leitura da ata da sessão anterior e das correspondências.

Art. 133 – O **Grande Expediente** se destinará à leitura das demais proposições regularmente protocoladas, discussão e votação de requerimentos e indicações sujeitas à deliberação do Plenário, sendo dividido o tempo restante entre os oradores inscritos para o uso da palavra, para tratar de matérias constantes da Ordem do Dia da sessão.

§ 2º - O Vereador que, inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 134 – A **Ordem do Dia** destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§ 1º - A ausência do Vereador às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, comunicada pelo Líder à Mesa.

§ 2º - Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, sempre que possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte e em seguida concederá a palavra para as considerações finais aos que a tenham solicitado durante a sessão, observada a ordem da inscrição e o prazo regimental.

Art. 135 – As **Considerações Finais** destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito até o final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município.

Parágrafo Único – Não havendo mais oradores para falar nas Considerações Finais, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO IV

Das Sessões Extraordinárias

Art. 136 – As sessões extraordinárias da Câmara, serão realizadas nos casos de relevâncias, urgências e interesse público, e realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive aos sábados, domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§ 1º - A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no artigo 130 e seus parágrafos, no que couber.

§ 2º - Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art. 137 – *A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:*

I – a requerimento motivado do Prefeito ao Presidente da Câmara Municipal, quando este a entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo.

II – pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice Prefeito;

III – pelo Presidente da Câmara, de ofício;

IV – a requerimento motivado ao Presidente da Câmara, subscrito por no mínimo de um terço (1/3) da totalidade dos Edis, em caso de urgência ou interesse público relevante, inclusive no recesso parlamentar;

V – pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no artigo 41 deste Regimento Interno.

Art. 138 – As sessões extraordinárias serão convocadas pelo seu Presidente, mediante comunicação escrita aos Vereadores com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local.

Parágrafo Único – Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes à mesma.

Art. 139 – A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto a aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 128 e seus parágrafos.

Parágrafo Único – Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO V

Das Sessões Solenes

Art. 140 – As *sessões solenes* realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§ 1º - As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§ 2º - Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.

Art. 141 – As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, que indicará a finalidade de reunião.

Parágrafo Único – Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

CAPÍTULO VI

Das Discussões e Deliberações

CAPÍTULO I

Das Discussões

Art. 142 – Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§ 1º - A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença no mínimo da maioria dos membros da Câmara.

§ 2º - As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada.

Art. 143 – Todas as matérias submetidas ao império do plenário terão uma única discussão.

Art. 144 – A discussão será feita sobre a proposição e das emendas, se houverem.

Art. 145 – Quando tratar-se de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto.

Art. 146 – Na discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos.

Art. 147 – Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

Art. 148 – O *adiamento da discussão* de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário.

§ 1º - O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º - Apresentados 02 (dois) ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º - O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo máximo de 02 (dois) dias para cada um deles.

Art. 149 – Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I – pela ausência de oradores;

II – por decurso de prazos regimentais;

III – por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado o autor.

CAPÍTULO II

Da Disciplina dos Debates

Art. 150 – Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I – falará de pé, quando impossibilidade de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II – dirigir-se-á ao Presidente da Câmara voltado a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III – não usará da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente ou do orador, quando for o caso;

IV – referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de Vossa Excelência;

Art. 151 – *Ao Vereador que for dada a palavra* deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:

I – usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

- II – desviar-se da matéria em debate;
- III – falar sobre matéria vencida;
- IV – usar de linguagem imprópria;
- V – ultrapassar o prazo que lhe competir;
- VI – deixar de atender as advertências do Presidente.

Parágrafo Único – Para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

Art. 152 – O Presidente somente usará da palavra:

- I – no expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;
- II – para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;
- III – para apartear na forma regimental;
- IV – para explicação pessoal;
- V – para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;
- VI – para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;
- VII – quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 153 – O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I – para leitura de requerimento de urgência;
- II – para comunicação importante à Câmara;
- III – para recepção de visitantes;
- IV – para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
- V – para atender o pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

Art. 154 – Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

- I – ao autor da proposição em debate;
- II – ao relator do parecer em apreciação;
- III – ao autor da emenda;
- IV – alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debates.

Art. 155 – Para o *aparte*, ou interrupção do orador ou outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

- I – o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos;
- II – não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;

III – não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV – o aparteante permanecerá de pé enquanto aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 156 – Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I – 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;

II - 03 (três) minutos, para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda; discutir parecer, nas Considerações Finais e proferir explicação pessoal;

III – 05 (cinco) minutos para discutir projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, artigo isolado de proposição e veto;

IV – 10 (dez) minutos para discutir a proposta orçamentária, a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa.

Parágrafo Único – Não será permitida a sessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

Das Deliberações e Votações

Seção I

Do Quorum Das Deliberações

Art. 157 – As deliberações da Câmara, serão sempre tomadas por maioria de votos abertos, presentes a maioria de seus membros.

Art. 158 – *Dependerão do voto favorável aberto e nominal da maioria absoluta* dos membros da Câmara, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

I – código tributário do Município;

II – código de obras;

III – código de posturas;

IV – normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

V – lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VI – lei instituidora da guarda municipal;

VII – outros códigos municipais;

VIII – rejeição de veto;

IX – criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;

X – fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

XI – obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município;

Parágrafo Único – Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 159 – *Dependerão de voto favorável aberto e nominal de dois terços (2/3)* da totalidade dos membros da Câmara, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

- I – Regimento Interno da Câmara;
- II – concessão de serviços públicos;
- III – concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;
- IV – alienação de bens móveis e imóveis do Município;
- V – aquisição de bens móveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;
- VI – denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- VII – concessão de títulos honoríficos e honrarias;
- VIII – concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;
- IX – transferência da sede do Município;
- X – julgamento de contas do Município;
- XI – alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;
- XII – criação, organização e supressão de distritos;

Art. 160 – Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no artigo 134, § 1º, o Vereador não poderá recusar-se a votar.

Art. 161 – O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada apenas para efeito de quorum.

§ 1º - No curso da votação é facultado ao Vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando Vereador impedido de votar.

§ 2º - Na hipótese do § 1º deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 162 – Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental da sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.

Art. 163 – A deliberação realizar-se através da votação aberta.

Parágrafo Único – Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Seção II

Das Votações

Art. 164 – O voto será aberto e público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo Único – Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.

Art. 165 – *O voto será também aberto nominal:*

I – na eleição da Mesa;

II – nas deliberações sobre o veto;

III – nas deliberações sobre as contas do Município;

IV – nas deliberações sobre perda de mandato de Vereador e Prefeito.

Art. 166 – OS processos de votação aberto são dois: simbólico e nominal.

§ 1º - O *processo simbólico* consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º - O *processo nominal* consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada nominal, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não.

Art. 167 – O processo simbólico será a regra geral para as votações, exceto a votação narrada no artigo 165 deste regimento.

§ 1º - O Presidente em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 168 – A votação aberta será nominal nos casos em que seja exigido o quorum de maioria absoluta e de dois terços da composição.

Art. 169 – Uma vez iniciada, a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de seu Líder, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co-partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.

Art. 171 – Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las preliminarmente.

Art. 172 – Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único – Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

Art. 173 – Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do Projeto.

Art. 174 – O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Art. 175 – Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 176 – *Concluída a votação de Projeto de lei*, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção vernacular, sendo em seguida encaminhada à Mesa que a colocará à disposição dos demais Vereadores para conhecimento, caso queiram.

§ 1º - Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.

Art. 177 – Aprovado pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para a sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único – Os originais dos projetos de lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.

TÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Da Elaboração Legislativa Especial

Seção I

Do Orçamento

Art. 178 – Recebida do Prefeito a proposta orçamentária do município, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento, para recebimento de emendas, e devolvendo a matéria ao Prefeito, deliberada, até o encerramento da sessão legislativa anual, obedecido a forma contida no inciso III do § 2º do artigo 35 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 179 – Aplica-se o disposto no artigo 178 deste Regimento, sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do município, forma dada no inciso II do § 2º do artigo 35 dos ADCT da Constituição Federal.

Art. 180 – Aplica-se o disposto no artigo 178 deste Regimento, sobre o Projeto de Lei do Plano Plurianual do município, forma dada ao inciso I do § 2º do artigo 35 dos ADCT da Constituição Federal.

Art. 181 – Aplicam-se as normas desta Seção o processo legislativo regimental.

Seção II

Das Codificações e dos Estatutos

Art. 182 – Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o recebimento de emendas.

Art. 183 – Instruídos as matérias e aptas a serem levadas ao plenário, a Presidência as incluirá na Ordem do Dia da Sessão seguinte.

CAPÍTULO II

Do Julgamento das Contas da Prefeitura Municipal.

Art. 184 – Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sobre as Contas da Prefeitura Municipal, preliminarmente, o Presidente dará conhecimento ao Plenário, e fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, para a instrução do processo, obedecido o prazo contido no parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 33 de 28/06/1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais).

Art. 185 – Instruído o processo, a Presidência designará dia e hora do julgamento plenário administrativo das Contas da Prefeitura Municipal, na forma do § 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 186 – A Câmara Municipal, convocará os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, e sobre sua pasta, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo, também aos diretores da administração indireta e de Associações que tenham recebido recursos financeiros do município.

TÍTULO VIII

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

CAPÍTULO I

Das Interpretações e dos Precedentes

Art. 187 – As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Parágrafo Único – Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação, na solução de casos análogos.

Art. 188 – Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Seção Única

Da Ordem

Art. 189 – *Questão de Ordem* é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º - Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.

§ 3º - Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.

Art. 190 – Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra “pela ordem”, para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo 189.

CAPÍTULO II

Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

Art. 191 – A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 192 – Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separada.

Art. 193 – Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da Edilidade mediante proposta:

- I – da maioria absoluta dos Vereadores;
- II – da Mesa em colegiado;
- III – de uma das Comissões Permanentes da Câmara.

TÍTULO IX

Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 194 – Os serviços administrativos da Câmara, reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas e instruções complementares necessárias.

§ 1º - Caberá ao Presidente supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.

§ 2º - O Regulamento Interno obedecerá o disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:

I – descentralização e agilização de procedimentos administrativos;

II – orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal.

III – adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.

Art. 195 – As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos, deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.

Art. 196 – A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:

I – de atas das sessões;

II – de atas de reuniões das Comissões;

III – de atas das reuniões da Mesa;

IV – de registro de leis, decretos legislativos e resoluções;

V – de termos de posse de funcionários;

VI – de declaração de bens dos Vereadores;

VII – de termo de posse do Prefeito e do Vice Prefeito;

VIII – de termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice Prefeito;

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.

§ 2º - Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por outro sistema equivalente.

TÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 197 – A publicidade dos atos e expedientes da Câmara Municipal obedecerá a forma do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 198 – Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município.

Art. 199 – Não haverá expediente no Legislativo nos dias de feriados e de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 200 – Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

Art. 201 – À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicadas todas as matérias regimentais existentes, considerando-as nulas.

Art. 202 – Este Regimento entra em vigor nesta data de sua provação e publicação.

Art. 203 – Revogam as disposições em contrário.

Sala das Sessões e do plenário da Câmara Municipal de Paulistas,
27 de outubro de 2004.

JOSÉ TARCÍSIO DA SILVA.
Presidente da Câmara Municipal de Paulistas.

ÍNDICE

Adiamento das Discussões.....	45
Aparte.....	46
Apresentação de proposição.....	35
Atas as Sessões.....	41
Atribuições do Presidente.....	10
Atribuições do Plenário.....	13
Codificações e Estatutos.....	51
Comissão de Representação.....	21
Comissão Processante.....	21
Comissões.....	14
Comissões Especiais.....	21
Comissões Permanentes.....	15
Competência da Mesa.....	08
Competência dos Membros da Mesa.....	10
Competência específica de cada Comissão Permanente.....	19
Competência geral das Comissões.....	19
Contas da Prefeitura Municipal.....	51
Convocação dos Secretários Municipais.....	52
Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.....	22
Debates.....	45
Decoro Parlamentar.....	26
Decreto Legislativo.....	32
Deliberações.....	47
Discussões.....	44
Disposições Gerais e Transitórias.....	54
Disposições preliminares.....	03
Eleição da Mesa.....	07
Emendas.....	33
Estatutos e Codificações.....	51
Falta de Decoro.....	26
Formação da Mesa.....	07
Formação das Comissões Permanentes.....	17
Funcionamento das Comissões Permanentes.....	17
Impedimentos.....	30
Inauguração da Sessão Legislativa Anual.....	06
Incompatibilidade.....	30
Instalação e Posse.....	05
Interpretação do Regimento Interno.....	52
Julgamento das Contas da Prefeitura Municipal.....	51
Licenças.....	28
Líderes.....	29
Mesa e suas modificações.....	07
Modificação das Comissões.....	17
Orçamento.....	51
Ordem do Dia.....	42
Parecer das Comissões – prazos.....	34
Penalidades por falta de decoro.....	26
Perda de mandato.....	24
Posse.....	05
Prazos do uso da palavra.....	47
Precedentes.....	52

Processo de Votação.....	49
Processo Destituidório.....	28
Proposições em espécie.....	32
Questões de Ordem.....	53
Quorum.....	47
Reforma do Regimento.....	53
Regime de Urgência.....	39
Regimento e sua Reforma.....	53
Representação.....	35
Requerimentos.....	34
Resoluções.....	33
Retirada de proposição.....	36
Serviços Internos/administrativos da Câmara.....	53
Sessão de Instalação.....	05
Sessões da Câmara.....	39
Sessões Extraordinárias.....	43
Sessões Ordinárias.....	41
Sessões Solenes.....	44
Subsídio do Vereador.....	30
Substitutivo.....	33
Suspensão do Exercício da Vereança.....	27
Tramitação das proposições.....	37
Urgência.....	39
Usa da Palavra.....	47
Vagas de cargo da Mesa.....	08
Vagas de cargo de Vereador.....	28
Vedações.....	24
Vereadores.....	24
Veto.....	33
Vistas.....	45
Votação.....	49
Voto do Presidente.....	12
Obstrução.....	43/48.